Senhor(a) deputado(a),

A manutenção do sustento das famílias dos mais de 4 mil servidores efetivos da Justiça goiana depende do seu voto, na sessão decisiva de análise do Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, prevista para esta próxima semana. Vote contra a aprovação do texto original que, neste formato, condiciona a renegociação das dívidas dos Estados com a União à adoção de medidas austeras e injustas, como o congelamento dos salários dos servidores públicos por dois anos.

O contingente de milhares de trabalhadores do Judiciário estadual, seus familiares e amigos acredita no seu compromisso para com a população de Goiás, que ficará seriamente prejudicada pela possível aprovação do PLP 257 nestes termos. A proposta, com a atual redação, é uma afronta ao funcionalismo público e, consequentemente, à prestação jurisdicional, pois prevê a suspensão de concursos públicos e incentiva à privatização de serviços fundamentais à comunidade.

Sem reajuste salarial há quase dez anos, a categoria de servidores do Judiciário de Goiás corre o risco também de perder direitos como a progressão na carreira, o pagamento de quinquênios e anuênios e a quitação em dinheiro de férias e licenças não gozadas, além de ver elevada a contribuição previdenciária de 11% para 14%.

Diante do descalabro que o PLP 257 pode trazer à sociedade goiana e ao servidor da Justiça, espero o seu voto contrário à versão original desse projeto de lei.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de agosto de 2016.